

Educação Musical Inclusiva no Curso de Música da UFC/Sobral: Experiências, Reflexões e Desafios

Comunicação

GTE 12 - Ensino de música, inclusão e anticapacitismo

João Emanuel Ancelmo Benvenuto
Música - Licenciatura da Universidade Federal Ceará, Campus Sobral
joaoemanoel@sobral.ufc.br

Jonatas Souza e Silva
Secretaria Municipal de Educação de Horizonte
jonatas.ufc@gmail.com

Gabriel Nunes Lopes Ferreira
Licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí
gabrielnlf@ufpi.edu.br

Mayra Beatrisse Costa Freire
Música - Licenciatura da Universidade Federal Ceará, Campus Sobral
beatricemayra13@gmail.com

José Carlos Rodrigo Oliveira
Música - Licenciatura da Universidade Federal Ceará, Campus Sobral
joserodrigo@alu.ufc.br

Resumo: O objetivo principal desta pesquisa buscou identificar e avaliar as ações elaboradas com foco no desenvolvimento da educação musical inclusiva, durante o período de 2011 a 2024, junto ao curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*. Para tanto, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar as atividades implementadas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão que tratam sobre a inclusão de pessoas com deficiência na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Música da UFC/Sobral e; b) refletir sobre as fragilidades e desafios existentes no Curso de Música da UFC/Sobral ligadas à temática da educação musical inclusiva. Com relação aos aspectos metodológicos, o método escolhido foi a pesquisa-ação, uma vez que “o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados” (Gil, 1987, p. 49). No que trata do procedimento de coleta de dados, explicita-se que partiu de um levantamento documental e reflexivo em torno das ações voltadas para o desenvolvimento da educação musical inclusiva no curso de Música da UFC/Sobral. Por fim, ao avaliar a trajetória das discussões e atividades promovidas voltadas para o fortalecimento da Educação Musical Inclusiva no âmbito do curso de Música da UFC/Sobral, é possível entrever a existência de uma política pública que está sendo gradativamente

30 de outubro a 01 de novembro de 2024
Sobral - Ceará | Universidade Federal do Ceará



implementada, tendo como ganhos uma maior sensibilização e preparação na formação discente da instituição para às perspectivas da inclusão.

Palavras-chave: Educação Musical Inclusiva; Educação Musical para Pessoas com Deficiência; Música e Inclusão no Ensino Superior.

Introdução

Este relato de experiência tem como propósito apresentar o conjunto das ações desenvolvidas no curso de Música - Licenciatura da Universidade Federal do Ceará (UFC), *Campus Sobral*, ligadas à temática da educação musical inclusiva no decorrer do período situado entre os anos de 2011 a 2024.

Tal trabalho tem como justificativa a necessidade do aprofundamento das investigações em torno das carências formativas do educador musical frente às especificidades da inclusão no âmbito dos projetos curriculares dos cursos de Licenciatura em Música. Daí a relevância deste estudo, pois elenca as principais experiências, reflexões e desafios enfrentados neste campo, tendo como parâmetro de análise as ações de educação musical inclusiva desenvolvidas junto ao curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*.

Para tanto, tem como premissa a seguinte pergunta de partida: quais foram as ações implementadas no curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*, que promoveram o desenvolvimento da educação musical inclusiva na instituição, no decorrer do período de 2011 a 2024?

O objetivo principal desta pesquisa buscou identificar e avaliar as ações elaboradas com foco no desenvolvimento da educação musical inclusiva, durante o período de 2011 a 2024, junto ao curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*. De forma complementar, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar as atividades implementadas nos eixos de ensino, pesquisa e extensão que tratam sobre a inclusão de pessoas com deficiência na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Música da UFC/Sobral e; b) refletir sobre as fragilidades e desafios existentes no Curso de Música da UFC/Sobral ligadas à temática da educação musical inclusiva.

Enfim, com base em tais experiências e reflexões catalogadas no decorrer da pesquisa, viu-se a necessidade de estruturar tal discussão de forma contínua e

permanente junto ao curso de Música da UFC/Sobral, no intuito de explicitar os caminhos e estratégias adotadas por tais agentes da comunidade acadêmica na busca do fortalecimento da inclusão musical, as quais serão descritas e detalhadas logo abaixo.

Metodologia

Com relação aos aspectos metodológicos, compreende-se que o universo desta investigação abrangeu o curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*.

A metodologia escolhida para esta pesquisa foi a pesquisa-ação, uma vez que “o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados.” (Gil, 1987, p. 49). A pesquisa-ação tem a reflexão como elemento fundamental, proporcionando o diálogo entre teorias e práticas de ensino/aprendizagem, de modo colaborativo e participativo (Albino e Lima, 2010). De acordo com Thiollet, a pesquisa-ação

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo. (Thiollet, 1985, p. 14)

Portanto, ressalta-se que o foco desta pesquisa foi além do simples observar e descrever. Almejou-se com esta ação transformar a comunidade universitária e local para as pautas da inclusão, em especial, da educação musical inclusiva.

Como estratégia metodológica, elaborou-se um levantamento documental e reflexivo em torno das ações voltadas para o desenvolvimento da educação musical inclusiva no curso de Música da UFC/Sobral, no intuito de compreender os caminhos trilhados até o momento, na busca pelo fortalecimento da educação musical inclusiva dentro e fora da instituição.

Inclusão no Ensino Superior

A educação de pessoas com deficiência no Brasil tem início ainda no período imperial (1822-1889), a partir da fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos¹, em 1854 e, em 1857, com a inauguração do Instituto dos Surdos Mudos². Outras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiência surgem apenas a partir da década de 1920 e se expandem pelo país nas décadas subsequentes, são exemplos: Instituto Pestalozzi (1926), Fundação para o Livro do Cego no Brasil³ (1946) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954). O modelo educacional utilizado por tais escolas especializadas, era pautado na segregação dos estudantes, fato que compromete a interação e participação social, resultando numa invisibilidade de tais pessoas.

O pós-guerra trouxe ao mundo um novo olhar sobre as pessoas com deficiência e, em 1948, a Declaração dos Direitos Humanos apresenta no art. 26º a afirmação de que todo ser humano tem direito à educação, e que o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade (ONU, 1948). No que diz respeito à legislação nacional, temos na Lei 4.024/61 um dos primeiros marcos normativos voltados para educação de pessoas com deficiência, quando enuncia no Art. 88, ao declarar que "A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade (Brasil, 1961).

Nos anos posteriores, as mudanças no sistema de governo brasileiro impulsionaram alterações significativas nas legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sofre uma atualização em 1971, ao tratar da educação de pessoas com deficiência no Art. 9º da Lei 5.692/71:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

¹ Atualmente denominado "Instituto Benjamin Constant". Disponível em: <<https://www.gov.br/ibc/pt-br>>.

² Atualmente denominado "Instituto Nacional da Educação dos Surdos". Disponível em: <<https://www.gov.br/ines/pt-br>>.

³ Atualmente é denominado "Fundação Dorina Nowill". Disponível em: <<https://fundacaodorina.org.br>>.

Essa lei ficou em vigor por vários anos, sendo substituída apenas pela Lei 9.394/96, que dedica o Capítulo V à educação especial, apresentando no Art. 59 uma série de pontos importantes, principalmente ao declarar que os sistemas de ensino devem garantir currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para atender as necessidades dos educandos (Brasil, 1996).

Alguns fatos que antecedem a LDB 9.394/96 merecem menção. Em 1988, a redemocratização do país traz consigo uma nova constituição. O documento reitera no Art. 208, Capítulo III que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve acontecer preferencialmente na rede regular (Brasil, 1988). Nos anos seguintes o Brasil participou como país signatário de duas importantes declarações. Em 1990, da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Unesco, 1990), que propõe no Art. 3º a universalização do acesso à educação e promoção da equidade e; em 1994, da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que apresenta diretrizes na perspectiva de uma educação inclusiva⁴.

Tais documentos e legislações afetam sobretudo a Educação Básica, porém essas ações são basilares para um movimento de políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Assim, ao tratarmos especificamente sobre tal processo de inclusão, observamos que as iniciativas surgem com mais efetividade a partir dos anos 2000.

Em 2005, o "Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior⁵" passa a fomentar editais de apoio a projetos de criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A proposta previa que os núcleos elaborassem ações que suprimissem as barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação existentes no espaço acadêmico.

Outro avanço bastante significativo para o fortalecimento das políticas públicas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior, ocorreu também no ano de

⁴ "Entende-se que o conceito de educação inclusiva permeia o reconhecimento e a valorização a diversidade humana, como processo inerente à construção da sociedade, com o intuito de oportunizar todo indivíduo em nenhuma restrição, buscando humanizá-lo e desenvolver suas potencialidades, para que possa construir e ampliar seu conhecimento e assim ser inserido ao exercício da cidadania, de maneira que contribua como um sujeito ativo e não apenas como um número a mais fazendo parte da civilização." (Martins *et al*, 2020, p. 19)

⁵ Para maiores informações, basta consultar o seguinte endereço eletrônico: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>.

2005, com o Decreto nº 5.626/05 (Brasil, 2005) que regulamenta a Lei nº 10.436/02, tornando obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os cursos de licenciatura.

Em 2010, a partir do provimento nº 06/CONSUNI de 30 de agosto foi criada a Secretaria de Acessibilidade UFC Inluc, a qual está organizada nos seguintes eixos de atuação: atitudinal, tecnológico, pedagógico e comunicacional. (UFC, 2010)

Tais políticas e normas resultam na criação de núcleos de apoio pedagógico e/ou setores administrativos responsáveis pela implementação das medidas de inclusão/acessibilidade nas universidades. Apesar disso, Schambeck aponta que:

No Brasil, apesar das práticas educativas inclusivas estarem previstas em documentos oficiais que regulamentam o acesso de alunos com deficiências nas escolas regulares (BRASIL, 2008), sabe-se que a inclusão não foi completamente entendida, apropriada e estruturada pelas instituições de ensino. (2015, p. 01).

No campo da Educação Musical Inclusiva, percebe-se que as ações no ensino superior ainda estão sendo ampliadas. Diversos estudos apresentam essa ampliação através da criação/desenvolvimento de atividades em uma disciplina de Educação Musical Inclusiva (Pinto e Lüders, 2023; Torres e Silva, 2020). Cordeiro e Soares detalham esses dados quando afirmam que:

Das 35 [universidades] que oferecem licenciatura [em música], [...] três são na região Norte, nove no Nordeste, uma no Centro-Oeste, três no Sudeste e uma no Sul [...]. Dessas UFs, apenas uma oferta quatro componentes curriculares em sua matriz; quatro delas oferecem duas disciplinas em seu currículo e doze oferecem apenas um componente curricular relacionado à Música e Educação Especial/Inclusiva. (2023, p. 21)

Outras iniciativas citadas em pesquisas recentes têm relação com projetos como o Projeto para Bem Estar e Saúde Mental do Centro de Artes e Comunicação (PROBEM do CAC). Trata-se de uma proposta criada em 2018 no Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) "devido a recorrentes casos de adoecimento psíquico entre os estudantes de Música na universidade". (Duarte e Louro, 2023, p. 143).

Propostas como essa, ampliam a percepção sobre a Educação Inclusiva no Ensino Superior sob duas perspectivas: a primeira fazendo pensar sobre a importância dessa formação para atuação no Ensino Superior, assim como o

entendimento de como o adoecimento psíquico ainda não é tão discutido na formação das licenciaturas.

A partir do exposto, percebe-se a ampliação de iniciativas no Ensino Superior para uma formação docente mais inclusiva e, também, propostas que ampliam a formação de professores que atuam no Ensino Superior. Na próxima etapa, será discutido sobre as ações desenvolvidas no âmbito do curso de Música da UFC, *Campus Sobral*, que se relacionam com a Educação Musical inclusiva para atuação em diversos contextos formativos.

Experiências, Reflexões e Desafios de Educação Musical Inclusiva no Curso de Música da UFC/Sobral

De antemão, para melhor contextualizar o leitor, a ideia desta seção foi apresentar o conjunto das ações catalogadas no decorrer da investigação que estão relacionadas com o desenvolvimento das iniciativas ligadas à educação musical inclusiva no curso de Música - Licenciatura da UFC, *Campus Sobral*. Para uma melhor organização e exposição em torno dos dados compilados, elenca-se que tais atividades foram estruturadas nas categorias de ensino, pesquisa e extensão, conforme explicitado nos tópicos a seguir.

Ações de Ensino

Ao investigar a respeito das experiências iniciais de contato com a perspectiva da educação musical inclusiva no curso de Música da UFC/Sobral, pode-se verificar a atuação dos discentes junto às disciplinas de Estágio Supervisionado, a partir do ano de 2014. Dentre as experiências catalogadas durante a pesquisa, constataram-se a intervenção dos estagiários junto aos seguintes espaços: a) práticas de educação musical inclusiva⁶ pontuais com crianças acompanhadas junto às salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas municipais de Sobral; b) desenvolvimento de atividades junto às turmas de Musicalização Infantil na Escola de Música de Sobral, que inclui crianças com deficiências nas suas atividades formativas

⁶ Aqui vale mencionar também as iniciativas realizadas também pelo subprojeto Pibid Música do curso de Música da UFC, *Campus Sobral*, junto às salas de AEE de algumas escolas parceiras vinculadas à rede municipal de Sobral.

em Música e; c) o interesse de estudantes do curso de Música da UFC/Sobral em ter experiências de atuação com a educação musical inclusiva em instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência, tais como a APAE de Sobral/CE e a Casa do Autista de Sobral.

Figura 1: aula de Música no AEE



Fonte: dados da pesquisa.

Figura 2: aula de Música na APAE Sobral



Fonte: dados da pesquisa.

Os impactos formativos das vivências realizadas por estagiários e/ou bolsistas Pibid nesses contextos de ensino, mobilizaram o interesse por refletir e discutir tais atividades de inclusão de uma forma mais sistemática no curso de Música da UFC/Sobral. Como resultado, observou-se uma carência curricular de ações voltadas para inclusão musical no referido curso que, até então, estavam situadas apenas a oferta obrigatória da disciplina de Libras e a um módulo específico dentro da disciplina de Estágio Supervisionado IV relativo à temática da educação musical inclusiva.

A partir do interesse na atuação de estagiário(a)s do curso de Música da UFC/Sobral em contextos escolares e não-escolares para a perspectiva da educação musical inclusiva, foi possível verificar um conjunto de ações pertinentes que contribuíram, de forma gradativa, para um aprimoramento curricular e formativo das ações de ensino na instituição, dentre as quais destacam-se: a) no ano de 2015, foi criado um grupo de leitura sobre a temática "Música e Inclusão", o qual surgiu da necessidade em fomentar um maior aprofundamento teórico em torno do trabalho de educação musical inclusiva; b) na sequência, no ano de 2016, tendo em vista a carência de experiências práticas de formação musical voltadas para o público com deficiências, implantou-se um projeto experimental de aplicação, com foco no

desenvolvimento de práticas de educação musical inclusiva durante dois semestres em parceria com o Portal de Artes da APAE/Sobral; c) a oferta da disciplina optativa de Musicoterapia no ano de 2018, que contemplou um número significativo de participantes matriculados⁷ interessado(a)s em aprender e refletir a respeito deste assunto; d) os diálogos promovidos a partir de seminários junto ao componente de Estágio Supervisionado do curso de Música da UFC/Sobral sobre o tema "Música e Inclusão", nos anos de 2019 e 2020; e) a criação e a aprovação nas instâncias da UFC da disciplina optativa de "Educação Musical Inclusiva" no ano de 2021.1, sendo ofertada no currículo da referida instituição nos semestres letivos de 2022.2 e 2024.1 e; f) no ano de 2023, houve o ingresso de um discente com deficiência visual no curso de Música da UFC/Sobral, o que gerou inquietações de ordem pedagógica no corpo docente, mobilizando discussões sobre a perspectiva da educação musical inclusiva na instituição.

A Figura 3 apresenta um registro fotográfico da disciplina optativa de "Educação Musical Inclusiva", a qual aconteceu no formato híbrido em que os discentes podiam acompanhar as aulas tanto presencialmente como à distância, de forma síncrona.

Figura 3: registro da aula de "Educação Musical Inclusiva" (2022.2)



⁷ Em 2018.1 a turma de Musicoterapia contou com um quantitativo de 23 discentes matriculados. Além disso, em 2018.2 o componente de Musicoterapia foi ofertado novamente e obteve um total de 39 alunos matriculados.

Fonte: dados da pesquisa.

Toda essa conjuntura de experiências acumuladas no campo do ensino permitiram entrever a importância da percepção sobre as especificidades de cada deficiência no processo de musicalização, surgindo daí a compreensão em incentivar e garantir espaços de discussão e aprendizagem ao longo de toda trajetória formativa do(a)s discentes no âmbito do curso de Música da UFC/Sobral como um todo, no intuito de sensibilizar e educar discentes, docentes e demais servidores para essa pauta. Ao mesmo tempo, as práticas e experiências de campo com o público com deficiências também possibilitaram entender os desafios e limites em torno da Educação Musical Inclusiva.

Aqui ressalta-se a pretensão em tornar o componente curricular de "Educação Musical Inclusiva" em uma disciplina obrigatória no Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2018) da UFC/Sobral, com o intuito de alcançar uma aproximação de todo(a)s o(a)s discentes do curso com a temática da inclusão e fortalecer discussão sobre inclusão de uma forma mais sistemática ao longo de toda trajetória de formação ofertada no currículo do curso.

Ações de Pesquisa

A elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) abordando a temática da educação musical inclusiva foram localizados a partir do ano de 2020, o que denota o interesse ou curiosidade do(a)s discentes do curso de Música da UFC/Sobral em torno da temática sobre música e inclusão. O Quadro 1 abaixo apresenta a listagem dos TCCs verificados no decorrer do levantamento:

Quadro 1: Levantamento dos TCCs sobre Música e Inclusão.

Ano	Autoria	Título
2020	Aparecida Kátia de Sousa Ferreira	As Funções Cognitivas Implicadas na Educação Musical de Crianças com Transtorno do Espectro Autista: o Caso da Casa do Autista de Sobral

2022	Maria Michelle Batista dos Santos	Os Benefícios da afetividade na aprendizagem musical de crianças com transtorno do espectro autista
2023	Francisco Jonnatha Melo de Sousa	Música e Inclusão: uma Pesquisa Exploratória nas Publicações do Site da Associação Brasileira de Educação Musical

Fonte: dados da pesquisa.

Aqui é possível notar que as pesquisas que contemplam a temática da educação musical inclusiva vem se consolidando de forma gradativa no curso de Música da UFC/Sobral, impulsionada pelo interesse do(a)s discentes em realizar investigações que abrangem levantamentos exploratórios e/ou processos de educação musical de pessoas com deficiência, com destaque às pesquisas ligadas ao transtorno do espectro autista. O desafio agora é garantir o suporte necessário para dar continuidade a realização de novas pesquisas de TCC que contemplem a temática da educação musical inclusiva no curso.

Além disso, pode-se também averiguar que, a partir do ano de 2023, houve o interesse dos agentes para a divulgação de pesquisas realizadas sobre o desenvolvimento da educação musical inclusiva no curso de Música da UFC/Sobral através da publicação de trabalhos e realização de comunicações em eventos científicos da área de Música/Educação Musical, dentre as quais destacam-se as seguintes produções: a) Música e Inclusão no curso de Música - Licenciatura da UFC/Sobral: entre ações e possibilidades (Silva; Benvenuto, 2023) e; b) Educação Musical Inclusiva no Ensino Superior: caminhos e perspectivas do curso de Música - Licenciatura da Universidade Federal do Ceará, *Campus Sobral* (Benvenuto; Silva; Ferreira, 2024). Como desafio, destaca-se a necessidade por incentivar e ampliar, ainda mais, a realização de outras publicações em eventos dentro e fora do país, para mobilizar a compilha e troca experiências institucionais e, conseqüentemente, fortalecer as discussões sobre Música e Inclusão no âmbito do curso.

Outra ação implementada desde o início de 2024 foi a realização de um amplo levantamento e estudo em torno dos referenciais bibliográficos (livros, teses, dissertações ou artigos) junto a revistas acadêmicas e repositórios institucionais da área de Música/Educação Musical e afins, com disponibilidade de acesso virtual, para consulta de materiais produzidos sobre a temática da educação musical inclusiva. Tal

elaboração possibilitou uma visão panorâmica em torno das principais obras e discussões que tratam sobre a temática da educação musical de pessoas com deficiência. A resultante desta iniciativa, foi a criação de um grupo de estudos, aberto à comunidade, com o intuito de articular os agentes da universidade e da sociedade civil com as reflexões e discussões pertinentes relacionadas à educação musical inclusiva, visando a melhoria do campo/área. Para o futuro, pretende-se efetuar o cadastro de um projeto de iniciação científica junto ao Pibic UFC sobre Música e Inclusão com o propósito de dar maior visibilidade para tais investigações no curso. Ademais, outro interesse pertinente para consolidar a temática da educação musical inclusiva como uma linha de pesquisa relevante na instituição é a elaboração do registro do "Núcleo de Inclusão Musical" (NIM) da UFC/Sobral junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações de Extensão

Com relação às ações de extensão catalogadas durante o decorrer do período analisado da pesquisa, verificou-se a existência de um bom número de cursos, oficinas, palestras e eventos que remetem ao assunto da educação musical inclusiva, os quais, possivelmente, foram articulados como uma estratégia ou alternativa viável para sensibilizar o(a)s discentes para a perspectiva da inclusão musical.

Dentre tais iniciativas, destacam-se: a) a organização do evento intitulado "Música e Inclusão" no ano de 2016, que contou com a participação de palestrantes nacionais e internacionais; b) a oferta da oficina de Introdução à Musicografia Braille no evento da Mostra EncontraMus do curso de Música da UFC/Sobral no ano de 2018; c) a gravação do Programa Diálogos Musicais sobre o tema Educação Musical Inclusiva, no ano de 2021, com o intuito de registrar uma palestra com um especialista da área e, também, deixar esse material disponível para acesso a qualquer tempo e abrangendo virtualmente outros públicos interessados na temática; d) a oferta de cursos de iniciação e atualização sobre o tema da "educação musical inclusiva", disponibilizados no formato *online* e realizados em 2022.2 e 2024.1, com o intuito de tornar esse tipo de conteúdo acessível a todo(a)s o(a)s interessado(a)s em participar das formações, além de visar sensibilizar, conscientizar e promover políticas públicas

voltadas para o fortalecimento e democratização do acesso à educação musical para todo(a)s e; e) no ano de 2024 aconteceu o evento da V Conferência Internacional de Educação Musical de Sobral (CIEMS) sobre o tema "Neurocognição e Educação Musical: Novas abordagens para o século XXI". Dentro da programação ocorreu o VI Fórum Regional de Educação Musical com a temática "Música e Inclusão no Ensino Superior do Ceará", no qual discutiu-se acerca das ações de acessibilidade implementadas, principalmente, no âmbito de algumas universidades do Estado do Ceará ao longo do tempo, apresentando informações relativas a legislação nacional que trata sobre inclusão e políticas afirmativas realizadas nas Instituições de Ensino Superior que participaram do debate, além de elencar desafios docentes e planejamentos futuros para a área da educação musical inclusiva em cada instituição.

Outra ação que merece destaque foi o registro e aprovação do projeto de extensão em "Educação Musical Inclusiva" junto à Pró-Reitoria de Extensão (PREx) da UFC no ano de 2024, com o propósito de ampliar o campo de atuação dos discentes envolvidos e, também, promover atividades musicais inclusivas para a comunidade em geral. Tal iniciativa pretende desenvolver e ofertar, junto a comunidade acadêmica e externa, cursos livres de iniciação e/ou atualização em educação musical inclusiva, no formato modular (presenciais ou semipresenciais), que sejam abertos e acessíveis à todo(a)s o(a)s interessado(a)s (educadores musicais, professores de Arte, músicos, pedagogos, estudantes, instrutores/oficineiros etc).

Como desafio para os anos posteriores, pretende-se realizar a organização de um evento regional, com o intuito de promover discussões sobre educação musical inclusiva no âmbito da Educação Básica.

Considerações Finais

Ao avaliar a trajetória das discussões e atividades voltadas para o fortalecimento da Educação Musical Inclusiva no âmbito do curso de Música-Licenciatura da UFC/Sobral, é possível entrever que há fomentos de uma política pública inclusiva de curto, médio e longo prazo que está sendo gradativamente implementada junto aos pilares de ensino, pesquisa e extensão da instituição, com foco na melhoria da inclusão da pessoa com deficiência na universidade.

Como resultados, espera-se mobilizar ações e debates de forma contínua e transversal no currículo do curso de Música da UFC/Sobral para as perspectivas da inclusão e da equidade no ensino de música, promovendo uma educação musical que seja, de fato, acessível a todo(a)s. Para tanto, tem-se consciência de que tal trabalho deve acontecer a partir de uma rede colaborativa de agentes envolvido(a)s, tendo como foco uma maior sensibilização e preparação na formação dos discentes e docentes da instituição para a educação musical inclusiva.

Referências

ALBINO, César Augusto Coelho; LIMA, Sonia Regina Albano de. A Aplicabilidade da Pesquisa-Ação na Educação Musical. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/musica/article/view/11251>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BENVENUTO, João Emanuel Ancelmo; SILVA, Jonatas Souza e; FERREIRA, Gabriel Nunes Lopes. Educação Musical Inclusiva no Ensino Superior: caminhos e perspectivas do curso de Música - Licenciatura da Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSICAL DE SOBRAL*, 5., 2024, Sobral/CE. *Cadernos de Resumos*. Sobral/CE: UFC, 2024. Tema: Neurocognição e Educação Musical: Novas abordagens para o século XXI. p. 49-49. Disponível em: <<http://www.pesquisamus.ufc.br/images/PDF/CIEMSV/cadernoderesumoVCIEMS.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

CORDEIRO, Kalinka; SOARES, Lisbeth. Música, inclusão e formação docente nas universidades federais brasileiras: reflexões a partir das disciplinas específicas de educação musical especial/inclusiva. *Orfeu*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-37, 24 set. 2023. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23780/16122>>. Acesso em: 04 ago. 2024.

DUARTE, Plínio Gladstone; LOURO, Viviane dos Santos. Os transtornos mentais e o estudante de Música. *In: PEREIRA, David Barbalho et al (org.). Práticas, desafios e reflexões na Educação Musical inclusiva*. Natal: Edições Emufrn, 2022. p. 138-161. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48875/1/PraticasDesafiosReflexoesPEREIRAetal_2022.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GIL. Antônio Carlos. *Métodos técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.

MARTINS, Jeisa Ariele; SILVA, Raquel da; SACHINSKI, Ivanildo. Educação Especial e Educação Inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade? *In: Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica, Curitiba*, v. 1, n. 5, p. 10-24, 09 dez. 2020. *Anais*. Disponível em:

<<https://www.sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/104/108>>. Acesso em: 02 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, F1948. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

PINTO, Camile Tatiane de Oliveira; LÜDERS, Valéria. Caminhos pedagógicos de uma disciplina de educação especial e inclusiva de um curso de licenciatura em música. *Orfeu*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. e0106, 2023.

SCHAMBECK, Regina Finck. Formação de professores de Música para o contexto inclusivo: perspectivas de graduandos na preparação para atuar com alunos com deficiência. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA*, 25., 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória, 2015. Disponível em:

<https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2015/3405/public/3405-11587-1-PB.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

SILVA, Jonatas Souza e; BENVENUTO, João Emanuel Ancelmo. Música e inclusão no curso de Música - Licenciatura da UFC/Sobral: entre ações e possibilidades. *In: ENCONTRO SOBRE MÚSICA E INCLUSÃO*, 10., 2023, Natal/RN. *Anais eletrônicos*. Natal/RN: EMUFRN, 2023. Tema: Abordagens para um pensamento inclusivo: acessibilidade com equidade na prática musical. p. 81-84. Disponível em: <<https://ojs.musica.ufrn.br/emi>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez, 1985.

TORRES, Maria Cecilia de A. R.; SILVA, Nisiane Franklin da. Educação musical inclusiva em um curso de licenciatura em música: relato de uma experiência. *Revista da FUNDARTE*. Montenegro, p. 215 - 231, ano 20, nº40, janeiro/março de 2020. Disponível em: <<http://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/index>>. Acesso em: 31 mar. de 2020.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: Unesco, 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha: Unesco, 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral*. Sobral, 2018. Disponível em: <<http://www.musicasobral.ufc.br/v2/wp-content/uploads/2014/07/1-PPCMusica-Sobral-2019.1-05set19.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Provimento nº 06, de 30 de agosto de 2010*. Altera o artigo 7º do Estatuto, com vistas à criação da Secretaria de Acessibilidade - UFC Inclui e dá outras providências. Provimento no 06/Consuni de 30 de Agosto de 2010. Fortaleza, Ceará. Disponível em: <https://www.ufc.br/images/files/a_universidade/consuni/provimentos_consuni_2006-2010/provimento06_consuni_2010.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Educação Especial e Educação Inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade? *In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, Curitiba. 2020. 15 p. Disponível em: <<https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/104/108>>. Acesso em: 02 out. 2024.